

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE
CEDÊNCIA, GESTÃO E UTILIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO DESPORTIVO PÚBLICO
COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL MANUEL MARQUES

Considerando que:

- I. A prática de desporto constitui nas sociedades modernas um fator de promoção da saúde, de integração social e de formação ao longo da vida que se traduz na criação de condições de melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo também um fator de desenvolvimento económico e financeiro das sociedades;
- II. O artigo 79º da Constituição da República Portuguesa determina que incumbe ao Estado, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto;
- III. A concretização do princípio constitucional expresso no artigo 79º da Constituição exige a atuação concertada do governo, das autarquias locais, dos organismos da administração pública desportiva, das federações, coletividades, associações e clubes desportivos;
- IV. Nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea f), do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Torres Vedras dispõe de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto e desenvolve uma ação de promoção e dinamização do desporto, através da construção e melhoria de equipamentos desportivos, promovendo e organizando projetos e eventos de âmbito desportivo e apoiando a atividade do movimento associativo;
- V. No âmbito da execução da sua política desportiva, o Município de Torres Vedras atribui às associações promotoras do desporto e aos clubes desportivos um papel estratégico para o desenvolvimento do desporto e da atividade física, dispondo de competências

para apoiar atividades de natureza desportiva de interesse para o município e deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, de acordo as disposições conjugadas das alíneas u) e o) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013 , de 12 de setembro que aprovou o regime jurídico das autarquias locais;

- VI. Nos termos do preceituado nos artigos 5º, nº 2, 46º e 47º da Lei de Bases da Atividade Física e Desporto, Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, na sua atual redação, a concessão de apoios ou participações financeiras pelas autarquias locais a associações desportivas são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo e que estes têm o seu regime jurídico consagrado no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelas Leis nºs 74/2013, de 6 de setembro e 101/2017, de 28 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 41/2019, de 26 de março;
- VII. Para efeitos do disposto no Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, entende-se por contrato-programa de desenvolvimento desportivo o contrato celebrado com vista à atribuição, por parte das autarquias locais, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos, podendo beneficiar da concessão de tais apoios os clubes desportivos (cfr. artigos 2º e alínea d) do nº 1 do artigo 3º);
- VIII. A concessão de apoios mediante a celebração destes contratos-programa visa enquadrar a execução de programas concretos de promoção da atividade física e do desporto e fazer acompanhar esses apoios de uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto e de adequados mecanismos de acompanhamento e controlo da execução, certificação das contas da entidade beneficiária do apoio e publicitação, assim se assegurando a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos;
- IX. A cedência gratuita do uso e gestão de património desportivo público constitui uma das formas de apoio aos clubes desportivos e determina a assunção por estes de contrapartidas de interesse público que constam do contrato-programa que titula a cedência (cfr. artigo 17º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro);

- X. Para efeitos do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro, consideram-se programas de desenvolvimento desportivo os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportiva ou os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto e os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos (cfr. o disposto na alínea c), do nº 2 do artigo 11º);
- XI. O Sport Clube União Torreense (SCUT) foi fundado em Torres Vedras, em 1917 e é um clube com uma assinalável tradição no futebol profissional e da formação e outras modalidades e visa o desenvolvimento e a prática da atividade física, a promoção e fomento do desporto em geral e do futebol em especial, bem como de outras atividades culturais, humanitárias e recreativas e tem como missão promover e difundir a prática desportiva, cultural e recreativa junto da comunidade torriense, em obediência a elevados padrões de ética desportiva, proporcionando a todos os seus atletas e aos jovens do concelho uma educação cívica e desportiva de qualidade, promovendo ainda a representação desportiva da cidade e da região, em claro benefício do interesse público municipal;
- XII. O SCUT apresentou junto da câmara municipal de Torres Vedras um pedido de informação prévia, ao abrigo do disposto no artigo 14º, nº 1 do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, sobre a viabilidade de realização de obras de ampliação do referido equipamento desportivo, através da construção de dois campos em relva sintética, bancadas, arranjos exteriores e estacionamento;
- XIII. O Estádio Municipal e os prédios abrangidos pelo pedido de informação prévia integram o domínio privado do município e que esta autarquia pretende assumir a responsabilidade pela execução das obras de ampliação, criando dessa forma um complexo desportivo integrado que esteja ao serviço de toda a comunidade;
- XIV. O Município de Torres Vedras e o SCUT pretendem estabelecer entre si um contrato-programa que defina a atribuição de apoio não financeiro ao clube que se

consubstancia na cedência gratuita, atual e futura, pelo MTV da gestão e utilização do Complexo Desportivo Municipal Manuel Marques e que inclui as edificações existentes e a construir pelo município, para o desenvolvimento regular das atividades e da prática das várias modalidades desportivas promovidas pelo clube, nos termos estatutários e de acordo com o seu Plano de Atividades;

- XV. O SCUT reúne condições técnicas, materiais e humanas para o desenvolvimento das iniciativas objeto do presente contrato-programa;
- XVI. Nos termos do disposto pelo artigo 25º, nº 1, alínea i) do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a oneração de bem imóveis do domínio privado municipal efetuada no âmbito do presente contrato-programa fica sujeita a autorização da Assembleia municipal, atento o somatório do valor patrimonial do Estádio Municipal e dos prédios rústicos onde se implantarão os campos relvados a construir;
- XVII. Sob proposta da câmara municipal aprovada na sua reunião extraordinária de 27.11.2020, a assembleia municipal na sua sessão ordinária de .../../. aprovou a presente minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo,

Entre:

Município de Torres Vedras, doravante abreviadamente designado por MTV, pessoa coletiva de direito público com o número de identificação fiscal 502173653 e sede na Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, neste ato representada pelo seu Presidente, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 35º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado abreviadamente por Município ou **Primeiro Outorgante**;

E

Sport Clube União Torreense, NIF 500 276 692, com sede no Estádio Municipal Manuel Marques, Rua Cândido dos Reis, 2560-909 Torres Vedras, neste ato representada pelo

Presidente da Direção, xxxxxxxxx, com poderes para o ato, doravante também abreviadamente designado por Clube ou **Segundo Outorgante**,

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 23.º, n.º 2, al. f) e 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), ambos do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro; nº 2 dos artigos 5º, 46º e 47º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, na sua atual redação e artigos 2º; 3º, nº 1, alínea d); 8º; 11º, nº 1 e nº 2, alínea c); 12º; 15º; 17º, nº 1 e 2 e 18º do decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, que se rege pelos considerandos supra e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

1. Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição pelo Município ao Clube, de um apoio de natureza não financeira, concretizado através da cedência precária e gratuita do património desportivo público denominado “Complexo Desportivo Municipal Manuel Marques”, doravante designado por Complexo Desportivo, com vista à sua gestão, utilização, manutenção e conservação.
2. O complexo desportivo integra as seguintes edificações, existentes e a construir, cuja área é a delimitada na planta que constitui o Anexo I deste contrato e que dele faz parte integrante:
 - a) Edificações existentes que correspondem ao Estádio Municipal Manuel Marques sito no prédio urbano situado em Bairro das Covas, Rua Cândido dos Reis, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, concelho de Torres Vedras, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 3818 e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o nº 2456, com a área total de 19496,00 m² e valor patrimonial de €1.574.905,63 (um milhão quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e cinco euros e sessenta e três cêntimos);
 - b) Edificações que correspondem a dois campos de treino relvados a construir nos seguintes prédios rústicos, todos propriedade do Município:
 - i) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 10, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 5724, com a área

total de 8640,00 m² e valor patrimonial de € 165,64 (cento e sessenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos);

- ii) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 11, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 7862, com a área total de 10760,00 m² e valor patrimonial de € 556,08 (quinhentos e cinquenta e seis euros e oito cêntimos);
- iii) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 12, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 5723, com a área total de 5320,00 m² e valor patrimonial de € 270,75 (duzentos e setenta euros e setenta e cinco cêntimos);
- iv) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 13, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 3405, com a área total de 2880,00 m² e valor patrimonial de € 145,81 (cento e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimo);
- v) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 14, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 4416, com a área total de 4520,00 m² e valor patrimonial total de € 229,15 (duzentos e vinte nove euros e quinze cêntimos);
- vi) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 15, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 5754, com a área total de 3920,00 m² e valor patrimonial de € 199,99 (cento e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos);
- vii) Prédio Rústico sito na freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 16, secção FF e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras com o nº 5529, com a área total de 13360,00 m² e valor patrimonial de € 559,35 (quinhentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos);

3. A cedência do Complexo Desportivo visa o desenvolvimento de projetos, programas e atividades físicas e desportivas em geral e em especial as modalidades desenvolvidas pelo clube nos escalões de formação.
4. A cedência do Complexo Desportivo visa ainda a execução pelo Clube do programa de desenvolvimento desportivo por si apresentado e que constitui o Anexo II deste contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2ª

Obrigações do Município

1. No âmbito da execução do presente contrato-programa, o Município obriga-se a:
 - a) Desenvolver as diligências necessárias à aprovação no âmbito de procedimento de licenciamento dos projetos objeto de informação prévia favorável que tramitou sob o nº de processo IP/81/2019;
 - b) Executar, em conformidade com os projetos que venham a ser objeto de procedimento de licenciamento e de acordo com a calendarização constante da cláusula 4ª, as obras de construção das instalações referidas na alínea b) do nº 2 da cláusula 1ª, através de contrato de empreitada de obras públicas nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos;
 - c) Carrear para o procedimento pré-contratual do contrato de empreitada referido na alínea anterior as especificações técnicas constantes dos projetos aprovados no âmbito de processo de licenciamento;
 - d) Assegurar o cumprimento das normas relativas à realização da despesa decorrente da empreitada referida na alínea b), prevendo a referida despesa nos respetivos documentos anuais.
 - e) Ceder ao clube, após a receção provisória, a utilização dos dois campos relvados;
 - f) Fiscalizar a execução do programa de desenvolvimento desportivo a desenvolver nas instalações cedidas e monitorizar o cumprimento dos seus objetivos;
 - g) Verificar se as instalações cedidas estão a ser utilizadas para a realização dos fins a que foram destinadas, podendo realizar para o efeito inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de auditorias por entidades externas;
 - h) Fiscalizar o modo de execução pelo Clube das atividades de gestão, manutenção e conservação do complexo desportivo;

- i) Concertar com o Clube todas as iniciativas ou utilizações do complexo desportivo promovidas pelo Município ou outras entidades que demonstrem interesse na realização de eventos, para prevenir a sobreposição de atividades;
- j) Verificar se as obrigações contabilísticas e registais do Segundo Outorgante estão a ser regularmente cumpridas;
- k) Exigir ao Segundo Outorgante a entrega de um relatório anual sobre a execução do contrato-programa;
- l) Autorizar previamente a realização de quaisquer obras no equipamento;
- m) Autorizar previamente para efeitos de requalificação do complexo desportivo a realização pelo Segundo Outorgante de concursos de conceção e de ideias destinados à seleção de um ou vários trabalhos de conceção, ao nível de programa base ou similar, designadamente nos domínios artístico, da arquitetura ou da engenharia ou aquisição de projetos de obras;

Cláusula 3ª

Obrigações do Clube

No âmbito do presente contrato-programa, o Clube obriga-se a:

- a) Elaborar os estudos prévios, projetos de execução ou das especialidades relativos aos campos relvados, nas exatas condições da informação prévia favorável, em conformidade com os pareceres emitidos no âmbito do processo IP/81/2019 e com o disposto nos nºs 4, 5 e 7 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos e Portaria nº 701-H/2008, de 29 de julho;
- b) Requerer o licenciamento da construção das edificações identificadas na alínea b) do nº 2 da cláusula 1ª.
- c) Gerir e utilizar todos os espaços que compõem o complexo desportivo delimitados no Anexo I;
- d) Assegurar nas instalações cedidas e a ceder, a execução e cumprimento do Programa de desenvolvimento desportivo constante do Anexo II, em especial a calendarização e horários das atividades e prazos de execução aí previstos;
- e) Assegurar o cumprimento das contrapartidas de interesse público estabelecidas na cláusula 7ª;

- f) Executar obras de manutenção e conservação ou outras necessárias à valorização do equipamento, incluindo obras de construção, alteração ou ampliação, desde que previamente autorizadas pelo município;
- g) Promover um concurso de conceção ou de ideias destinado à seleção de um ou vários trabalhos de conceção, ao nível de programa base ou similar, designadamente nos domínios artístico, da arquitetura ou da engenharia ou aquisição de projetos de obras, visando a requalificação do campo principal do Complexo Desportivo;
- h) Assegurar o pagamento de todos os encargos relativos ao funcionamento do complexo desportivo, incluindo o pagamento dos custos de eletricidade, água e gás, serviços de limpeza, segurança e vigilância e seguros inerentes às atividades;
- i) Prestar todas as informações acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitado pelo **Primeiro Outorgante**;
- j) Incluir no seu relatório anual de execução uma referência expressa à execução do presente contrato-programa;
- k) Enviar ao **Primeiro Outorgante** relatórios anuais e um relatório final sobre a execução do contrato-programa;
- l) Cumprir as obrigações contabilísticas e de certificação de contas previstas no artigo 20º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 21 de outubro, incluindo organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato-programa e a identificação das receitas e mandar certificar as suas contas por ROC ou SROC;
- m) Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes ao apoio concedido e aos custos associados, com menção expressa da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo aprovado pela câmara municipal;
- n) Incluir nas instalações e outros locais a acordar, imagem e conteúdos, a disponibilizar pelo **Primeiro Outorgante**;
- o) Promover a criação de condições favoráveis ao aumento do índice de participação desportiva no concelho, valorizando os valores éticos e pedagógicos como suporte da formação dos jovens;
- p) Cumprir a legislação referente à defesa da integridade das competições, à luta contra a dopagem, à corrupção e à viciação de resultados, à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos;
- q) Promover a igualdade de oportunidades e de género no desenvolvimento da sua atividade;

- r) Promover a rentabilização do equipamento aumentando os seus índices de utilização;
- s) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares em vigor no município, referentes às boas práticas desportivas, ao apoio ao Desporto e à utilização de instalações desportivas;
- t) Impedir quaisquer utilizações que ponham em causa o bom estado de conservação do equipamento;
- u) Não transmitir o direito de utilização conferido pelo primeiro outorgante a terceiros, sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª;
- v) Assegurar o pagamento de todas as taxas, licenças, seguros, multas e encargos que incidam sobre a utilização do complexo desportivo, no âmbito das atividades por si desenvolvidas;

Cláusula 4ª

Calendarização das obras

A construção do Centro de Treinos de xxxxx, será executada por fases, em função da disponibilidade financeira do Município nos termos a prever em documentos previsionais de realização de despesa e de acordo com a seguinte calendarização:

- a. Fase 1 – Ano de 2021
 - i. Campo 1 em relvado sintético;
 - ii. Ponte baixa de acesso entre campos;
 - iii. Vedação e Iluminação do Campo 1;
- b. Fase 2 – Ano de 2022
 - i. Campo 2 em relvado sintético;
 - ii. Iluminação do Campo 2;
 - iii. Estacionamento com 172 lugares em placas de enrelvamento;
- c. Fase 3 – Ano de 2023
 - i. Bancadas abertas dos dois campos;
 - ii. Ponte pedonal sobre a Ribeira das Voltas;
 - iii. Arranjos exteriores.

Cláusula 5ª

Prazo de Execução do programa

O período de execução deste contrato-programa é de 4 (quatro) anos, com início na data da sua publicitação na página eletrónica do **Primeiro outorgante**, nos termos previstos na cláusula 15ª.

Cláusula 6ª

Gestão do Complexo Desportivo Municipal

1. O SCUT assegura a gestão do Complexo Desportivo Municipal, nos termos do presente contrato programa.
2. Mediante autorização escrita do Município, o Clube pode atribuir a uma Sociedade Anónima Desportiva por ele participada, a título gratuito, o direito de utilização das instalações desportivas e instalações de apoio do Complexo Desportivo Municipal, para a realização de treinos ou jogos, não podendo, no entanto ceder a sua posição contratual no presente contrato-programa.

Cláusula 7ª

Contrapartidas de interesse público

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 17º, nº 1 do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro o Clube obriga-se a:

- a) Ceder ao Município a utilização do complexo desportivo para a realização de eventos de manifesto interesse municipal, nacional ou internacional, desde que tal seja solicitado com a devida antecedência;
- b) Ceder o complexo desportivo para utilizações regulares por parte das escolas do concelho, Juntas de freguesia ou outras entendidas sugeridas pelo Município;

Cláusula 8ª

Obras e benfeitorias

1. As obras de conservação, manutenção, construção, alteração ou ampliação nas instalações referidas na alínea a) do nº 2 da cláusula 1ª ficam sujeitas a autorização prévia do Município.
2. Quaisquer obras que tenham por objeto o estádio e que venham a ser subsidiadas pelo município ficam ainda sujeitas à celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo específico, cujo objeto será o apoio financeiro para esse fim e ainda às regras legais aplicáveis em matéria de contratação pública e de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicáveis em função do valor dos contratos de empreitada.

3. Todas as obras efetuadas nos termos dos números anteriores passam a fazer parte integrante do imóvel cedido, sem direito a retenção ou indemnização por benfeitorias.

Cláusula 9ª

Acompanhamento e Controlo de Execução do Contrato-Programa

O acompanhamento e controlo da execução deste contrato-programa rege-se pelo disposto nos artigos 19º e 20º do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro.

Cláusula 10ª

Destino dos bens e insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial de bens ou de oneração

Os bens cedidos no âmbito deste contrato-programa são propriedade municipal e nesses termos, absolutamente insuscetíveis de penhora ou de qualquer outra forma de apreensão judicial de bens.

Cláusula 11ª

Revisão

1. O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante por imposição legal ou motivos de interesse público.
2. Qualquer alteração ou adaptação promovidas pelo **Segundo Outorgante** aos objetivos e, ou resultados previstos no programa de desenvolvimento desportivo que esteve na base do presente contrato-programa, carece de prévio acordo escrito do **Primeiro Outorgante**.
3. Qualquer alteração ou adaptação pelos Outorgantes dos termos ou resultados previstos neste contrato-programa é precedida de prévia celebração da respetiva adenda, bem como da submissão, se necessário, às entidades legalmente competentes que na matéria se devam pronunciar e que poderão condicionar a alteração ou adaptação em causa.

Cláusula 12ª

Incumprimento e Resolução

1. O incumprimento pelo **Segundo Outorgante** de quaisquer das obrigações constantes do presente contrato, ou do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, confere ao **Primeiro Outorgante** o direito a resolvê-lo e a ordenar a desocupação dos espaços cedidos.
2. Quaisquer condutas do Primeiro Outorgante que se traduzam no incumprimento da legislação referente à defesa da integridade das competições, à luta contra a dopagem, à corrupção e à viciação de resultados, à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, bem como que contrariem os princípios da ética desportiva, por parte de atletas, dirigentes ou sócios da associação, determinam a suspensão imediata dos apoios concedidos no âmbito do presente contrato-programa.

Cláusula 13ª

Cessação do Contrato

1. A vigência do presente contrato-programa cessa:
 - a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto, sem prejuízo do cabal cumprimento das obrigações contratuamente assumidas;
 - b) Quando, por causa não imputável ao Segundo Outorgante, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) Quando o **Primeiro Outorgante** exerça o seu direito de resolver o contrato;
2. Quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado o consentimento expresso para a consulta pelo Primeiro Outorgante da situação tributária e contributiva, nos termos previstos pelo nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de abril, na sua redação atual.
3. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à outra parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula 14ª

(Litígios)

1. Qualquer questão emergente do presente Contrato, que faça surgir a necessidade de precisar, completar, interpretar ou atualizar o seu teor será dirimida entre as partes de modo consensual, e em obediência ao princípio da boa-fé, de modo a ultrapassar o diferendo.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo são submetidos a arbitragem.

Cláusula 15ª

Publicitação

Este contrato-programa será publicitado na página eletrónica do **Primeiro Outorgante**, nos termos do nº 1 do artigo 14º e artigo 27º, ambos do Decreto de Lei nº273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação.

Feito em duas vias de igual valor, uma para cada parte, ocupando 14 (catorze) folhas e dois anexos, em Torres Vedras aos xxxx dias do mês de xxxxxxxx de 2020.

<p>Pelo MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS</p> <hr/>	<p>Pelo SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE</p> <hr/>
<p>(Carlos Manuel Antunes Bernardes)</p>	<p>(Mário Miranda)</p>